

continuação da folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu outro exercício de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 23.166.490,15. Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 21.188.003,92. 9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receita sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 118.842,99. Em 2017 o referido valor de receita totalizou R\$ 49.140,51. 9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 3.161.827,38. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2017, esse montante foi de R\$ 3.470.546,22. 9.4 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade de sem finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntário. Em 2017, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 8.706,45 e a unidade não teve outros tipos de voluntários. Em 2016 este valor representou R\$ 7.660,22. 10 - Ajuste a valor presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12): Em atendimento as legislações supra-citadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração estabelecidos no item 19 da Resolução do CFC No. 1.151/09.

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM  
Elaine Cristina Albino - Contadora - CRC 1SP270478/O-0

ção da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao valor devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. 11 - Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Continuidade. 12 - Exercício Social: Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2017.

Dr. João Ladislau Rosa - Diretor Técnico RASTS VMVG

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial Supervisões Técnica da Saúde - Vila Mariana / Vila Guilherme que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2017, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que

as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2018. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RJ 068.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04; Alexandre Chiarratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.



## PRUDENSHOPPING S.A.

CNPJ 54.584.404/0001-07

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras elaboradas segundo o que dispõe a Lei 11.638/2007 e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC relativos ao exercício encerrado em 31/12/2017 e permanecemos à disposição para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

ATIVO	Controladora				Consolidado				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora				Consolidado				
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	1/1/2016	31/12/2017	31/12/2016	1/1/2016	1/1/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016	1/1/2016	31/12/2017	31/12/2016	1/1/2016	1/1/2016	
<b>CIRCULANTE</b>																		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.568	3.394	7.979	4.993	3.575	8.020	8.020	10	41	134	322	78	136	324	252	252	
Aplicações financeiras	5	241	223	202	241	223	202	202	10	-	168	252	-	168	252	-	-	
Contas a receber de clientes	6	3.266	3.273	3.226	3.287	3.294	3.247	3.247	11	6.070	57.784	6.327	6.070	57.784	6.327	6.070	57.784	
Outros ativos		25	206	407	42	231	442	442	14	433	456	441	442	470	577	470	577	
		<b>8.100</b>	<b>7.096</b>	<b>11.814</b>	<b>8.563</b>	<b>7.323</b>	<b>11.911</b>	<b>11.911</b>		<b>128</b>	<b>288</b>	<b>519</b>	<b>128</b>	<b>288</b>	<b>519</b>	<b>128</b>	<b>288</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>																		
Contas a receber de clientes	6	19	66	146	19	66	146	146	13	1.372	1.582	1.859	-	-	-	-	-	
Partes relacionadas	7	9.683	9.683	9.683	7.910	7.910	7.908	7.908	13	354	28	116	357	35	147	-	-	
Outros ativos		265	289	280	266	290	280	280	13	129	78	84	150	100	106	-	-	
Propriedade para investimento	8	70.787	72.893	74.825	70.787	72.893	74.825	74.825		<b>8.527</b>	<b>60.518</b>	<b>9.920</b>	<b>7.225</b>	<b>58.981</b>	<b>8.252</b>	-	-	
Imobilizável	9	1.929	2.335	2.761	1.929	2.335	2.761	2.761										
		<b>202</b>	<b>222</b>	<b>239</b>	<b>202</b>	<b>239</b>	<b>239</b>	<b>239</b>										
		<b>82.885</b>	<b>85.488</b>	<b>87.934</b>	<b>81.113</b>	<b>83.716</b>	<b>86.159</b>	<b>86.159</b>										
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>90.985</b>	<b>92.584</b>	<b>99.748</b>	<b>89.676</b>	<b>91.039</b>	<b>98.070</b>	<b>98.070</b>										
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO</b>																		
<b>(Em milhares de reais, exceto prejuízo (lucro) por ação básico e diluído)</b>																		
		Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado			
		Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016	1/1/2016	31/12/2017	31/12/2016	1/1/2016	1/1/2016	
<b>RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUÉIS E SERVIÇOS</b>	16		20.919	20.158	21.469	20.668	20.668											
<b>CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS</b>	17		(5.141)	(5.268)	(5.201)	(5.287)	(5.287)											
<b>LUCRO BRUTO</b>			<b>15.778</b>	<b>14.890</b>	<b>16.268</b>	<b>15.381</b>	<b>15.381</b>											
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>																		
Despesas gerais e administrativas	17		(2.085)	(5.529)	(2.192)	(5.380)	(5.380)											
Despesas com pessoal	17		(1.737)	(2.607)	(1.913)	(3.052)	(3.052)											
Outras receitas operacionais, líquidas	17		572	664	591	805	805											
Resultado de equivalência patrimonial	13		210	277	-	-	-											
			<b>(3.040)</b>	<b>(7.195)</b>	<b>(3.514)</b>	<b>(7.627)</b>	<b>(7.627)</b>											
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>			<b>12.738</b>	<b>7.695</b>	<b>12.754</b>	<b>7.754</b>	<b>7.754</b>											
Resultado financeiro:																		
Receitas financeiras	18		687	969	716	970	970											
Despesas financeiras	18		(7.027)	(9.967)	(7.029)	(9.969)	(9.969)											
			<b>(6.340)</b>	<b>(8.998)</b>	<b>(6.313)</b>	<b>(8.999)</b>	<b>(8.999)</b>											
<b>RESULTADO ANTES DO IRRPJ E CSLL</b>			<b>6.398</b>	<b>(1.303)</b>	<b>6.441</b>	<b>(1.245)</b>	<b>(1.245)</b>											
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>																		
Corrente	19		(908)	-	(951)	(58)	(58)											
Diferido	19		(1.622)	(373)	(1.622)	(373)	(373)											
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>			<b>3.868</b>	<b>(1.676)</b>	<b>3.868</b>	<b>(1.676)</b>	<b>(1.676)</b>											
Atribuível a:																		
Acionistas da Sociedade			3.868	-	3.868	(1.676)	(1.676)											
Participação dos acionistas não controladores			-	-	-	2	2											
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - em Reais			<b>0,069</b>	<b>(0,030)</b>	<b>0,069</b>	<b>(0,030)</b>	<b>(0,030)</b>											
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO</b>																		
<b>(Em milhares de reais)</b>																		
		Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado			
			2017	2016	2017	2016	2016	2016										
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>			3.868	(1.676)	3.868	(1.676)	(1.676)	(1.676)										
Outros resultados abrangentes			-	-	-	-	-	-										
<b>RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO</b>			<b>3.868</b>	<b>(1.676)</b>	<b>3.868</b>	<b>(1.676)</b>	<b>(1.676)</b>	<b>(1.676)</b>										
Atribuível a:																		
Acionistas da Sociedade			3.868	(1.676)	3.868	(1.676)	(1.676)	(1.676)										
Participação dos acionistas não controladores			-	-	-	2	2	2										
			<b>3.868</b>	<b>(1.676)</b>	<b>3.869</b>	<b>(1.674)</b>	<b>(1.674)</b>	<b>(1.674)</b>										
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO</b>																		
<b>(Em milhares de reais)</b>																		
		Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado			
			2017	2016	2017	2016	2016	2016										
<b>Saldos em 01/01/2016 (representado)</b>	15		56.020	(29.012)	27.008	(10)	26.998	26.998										
Prejuízo do exercício (representado)			-	(1.676)	(1.676)	2	(1.674)	(1.674)										
<b>Saldos em 31/12/2016 (representado)</b>	15		<b>56.020</b>	<b>(30.688)</b>	<b>25.332</b>	<b>(8)</b>	<b>25.324</b>	<b>25.324</b>										
Lucro líquido do exercício			-	3.868	3.868	-	3.869	3.869										
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	15		<b>56.020</b>	<b>(26.820)</b>	<b>29.200</b>	<b>(7)</b>	<b>29.193</b>	<b>29.193</b>										
<b>AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPLETAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ESTÃO DISPONÍVEIS AOS ACIONISTAS NA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.</b>																		
<b>DIRETORIA</b>																		
Maria Mônica Damha Athia - Presidente									Sérgio Voltarelli do Monte - Contador - CRC 1SP193534/O-9									